



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DO BACAMARTE

DECRETO Nº 138/2023

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que abaixo se especifica, e dá outras providências”.

O **Prefeito Constitucional do Município de Riachão do Bacamarte, Estado da Paraíba**, no uso de uma das suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º, “I”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei nº 2.786, de 21.05.56, combinado com o disposto na legislação local,

CONSIDERANDO a necessidade de construção de uma **garagem para abrigar os veículos da frota do Município**;

CONSIDERANDO que a área expropriada, objeto do presente, revela-se indispensável para o atendimento da necessidade de melhoramento da estrutura de saúde do Município;

CONSIDERANDO que a área desapropriada será de grande utilidade para esta municipalidade, pois permitirá uma melhor prestação dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO que as obras, em destaque, trarão aos imóveis circunvizinhos consideráveis valorizações financeiras;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel medindo **225 m², com 10,00 metros de frente e fundos; 22,50 metros do lado direito e esquerdo**, confrontando-se pela frente com a Rua Projetada 18; pelos fundos, com área de terras do Sr. Jonas Ferreira Leal; pelo lado direito, com área de terras da Srª. Rosimerie Ferreira Alves da Silva; pelo lado esquerdo, com área de terras do Sr. Joseni Assis Ferreira Leal.

Parágrafo 1º. O valor do bem para fins de desapropriação é de R\$ 10.000,00.

Parágrafo 2º. A propriedade do citado imóvel se encontra registrado no nome dos seguintes proprietários: **JOSÉ ASSIS FERREIRA LEAL, no livro 2 L REGISTRO GERAL sob nº Av-5-3.377, fls. 214.**

Art. 2º - Ficam autorizados os setores competentes, a proceder às obras de execução dos serviços, que se fizerem necessários, com vistas a atingir à finalidade, a que se destina a presente desapropriação.

Art. 3º - A presente desapropriação é declarada de urgência, para efeito de imediata Imissão de Posse, na conformidade do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Art. 4º - Fica, ainda, a Secretaria de Administração, autorizada a promover os atos administrativos e ou judiciais, em caráter de urgência, necessários a efetivação da desapropriação, tratada no art. 1º, inclusive, devendo proceder com a liquidação e os pagamentos das indenizações, utilizando para tanto, os recursos próprios alocados no orçamento vigente.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Riachão do Bacamarte, em 25 de maio de 2023.


JOSÉ DE ARIMATEA DA SILVA
Prefeito Constitucional